

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Departamento de Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural

GT DE POLÍTICA DE E&P DE O&G (Resolução CNPE nº 6/2016)

FORMULÁRIO DE PROPOSIÇÕES

Identificação do Proponente
Nome: Mirella Rodrigues, Juliana Rodrigues, Camila Schoti
Empresa ou Entidade: Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres
Telefone: (61) 3878-3500
E-mail: abraçe@abraçe.org.br

Proposição
Alteração do Artigo 1º, § 1º, inciso III “fomentar a participação competitiva da produção doméstica na oferta total de gás natural ao mercado, bem como reduzir a queima de gás natural nas atividades de exploração e produção e otimizar a reinjeção e as taxas de recuperação do gás natural”

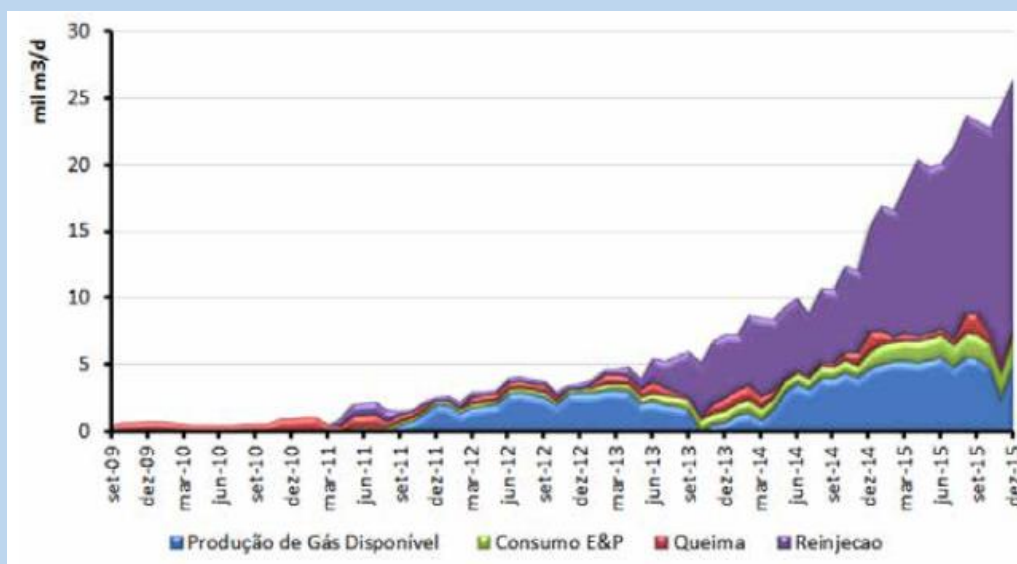
Justificativa
<p>A Indústria do Gás Natural no Brasil está em processo de mudanças. Estão em discussão propostas para uma nova modelagem deste mercado, com vistas a garantir, principalmente, a diversificação da oferta, maior liquidez e competitividade nas contratações do gás e acesso isonômico dos agentes às informações relativas aos diversos segmentos da cadeia produtiva do gás. Estes fundamentos são imprescindíveis para a eficiente organização do mercado e para garantir a segurança energética relacionada ao suprimento de gás natural.</p> <p>No que tangencia a questão da oferta de gás natural, esta Associação entende que a redução da dependência externa e a diversificação de agentes produtores podem ser alcançados a partir da promoção do acesso à infraestrutura de escoamento e de processamento e às informações necessárias para garantir este acesso. A minuta de resolução proposta está alinhada com essa percepção, indo ao encontro da busca, pelos grandes consumidores, para o aumento da oferta firme de gás natural. Uma das principais preocupações da indústria energointensiva brasileira atualmente se dá pelo fato de que o gás natural é visto como um insumo secundário e passível de substituição por outros combustíveis. No entanto, o programa Gás para Crescer, promovido recentemente pelo Ministério de Minas e Energia aponta para o interesse de desenvolver este mercado e ampliar a oferta de gás, contemplando diretrizes fundamentais que foram consolidadas pelo Conselho Nacional de Política Energética na Resolução nº 10/2016, dentre as quais merecem destaque:</p>

- remoção de barreiras econômicas e regulatórias às atividades de exploração e produção de gás natural;
- realização de leilões de blocos exploratórios de forma regular, incluindo áreas vocacionadas para a produção de gás natural, especialmente em terra; e
- implementação de medidas de estímulo à concorrência que limitem a concentração de mercado e promovam efetivamente a competição na oferta de gás natural.

Hoje, a oferta nacional de gás natural no Brasil é predominantemente *offshore* e associada ao petróleo, o que implica em elevada inflexibilidade, além de demandar expressivos investimentos para escoamento ao mercado. Apesar do aumento da produção nacional em cerca de 50% nos últimos cinco anos, alcançando uma média de 100 MMm³/dia em 2016 (devido à maior extração de recursos do pré-sal), a taxa de reinjeção *offshore* saltou de 7% para 28%. Isto tem ocorrido em função de diferentes fatores: i) elevados índices de contaminação do gás natural por CO₂, que requer separação antes do escoamento do gás natural; ii) grande distância dos campos da costa, implicando em custos elevados de escoamento; iii) decisão operacional de reinjetar para aumentar a recuperação do petróleo.

No Gráfico abaixo, pode-se observar que enquanto a produção bruta de gás natural dos campos de Lula e Sapinhoá cresceu rapidamente superando os 25 mil m³/dia, em dezembro de 2015, a produção disponível permanece em torno de 5 mil m³/dia desde meados de 2014, sendo que a maioria do gás é reinjetado. Hoje a reinjeção está em média de 60-70% e, considerando ainda a queima e o uso nas plataformas, o aproveitamento está entre 10-20%. Logo, apenas 50% da produção total de gás natural converte-se em oferta doméstica ao mercado¹.

Gráfico 01 – Produção vs. reinjeção de gás natural no Cluster de Santos*



*Campos de Lula e Sapinhoá. Fonte: Elaboração própria com dados ANP.

Neste panorama, dados os objetivos propostos pela minuta de resolução em consulta pública, que estabelece diretrizes para uma nova política energética para as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, visando ampliar a atração de investimentos no setor; e, considerando a

¹ Abrace e CNI. Reestruturação do setor de gás natural: uma agenda regulatória. Brasília, 2016.

importância do gás natural para a matriz energética brasileira como um combustível de transição e também estratégico para o sistema elétrico, a ABRACE considera importante também incluir dentre as diretrizes propostas a otimização do fator de recuperação do gás reinjetado, como forma de ampliar sua oferta, e garantindo também os resultados sob a ótica da exploração do petróleo.

Espera-se que a oferta de gás natural ao mercado aumente à medida em que as barreiras hoje existentes forem superadas: acesso às infraestruturas essenciais, mecanismos para gerenciamento de riscos por novos ofertantes, regulamentação do mercado livre, dentre outros. Entretanto, uma política energética de longo prazo voltada às especificidades econômicas e tecnológicas para viabilizar o aproveitamento do gás natural, sobretudo do Pré-sal, também se faz importante².

Neste sentido, a ABRACE sugere que o inciso III do Artigo 1º, § 1º, também contemple a otimização da reinjeção e do fator de recuperação do gás natural, dado que as diretrizes gerais para uma nova Política Energética para as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural também ensejam o fomento ao desenvolvimento tecnológico, podendo influenciar diretamente na recuperação de gás natural e redução dos volumes reinjetados.

² IBP e UFRJ. Gás do Pré-Sal: Oportunidades, Desafios e Perspectivas. **Texto para Discussão**. Ciclo de Debates sobre Petróleo e Economia. Março de 2017.